

**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS**

2009



**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS**

2009



CONDURIL – CONSTRUTORA DURIENSE, SA
CAPITAL SOCIAL – 10 000 000 €
SEDE: AVª ENGº DUARTE PACHEO, 1835 ERMESINDE – VALONGO
SOCIEDADE ABERTA – PESSOA COLECTIVA Nº 500 070 210
REG. NA C.R.C. DO PORTO SOB O Nº 500 070 210
ALVARÁ Nº 568

SUMÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

ANEXOS AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

CONTAS CONSOLIDADAS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS: POR NATUREZAS E POR FUNÇÕES

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. João Oliveira (Presidente)
Eng.º Amadeu Augusto Vinhas
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – Chairman
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva)
Sr. Ademar Américo Soares Paiva
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias
Dr.ª Maria Luisa Andrade Amorim Martins
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

CONSELHO FISCAL

Dr. Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Dr.ª Daniela Brás Vigário Silva
Dr. José Tiago Sapage Meireles de Amorim

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro, ROC 1126

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão e Contas Consolidadas relativas ao ano de 2009.

1.

O ano de 2009 passou tristemente à história da economia mundial pelo agravamento da maior crise económica e financeira ocorrida depois da Grande Depressão dos anos trinta, com efeitos devastadores e que ainda perduram, não obstante a singularidade do esforço comum – designadamente ao nível da união europeia, mas também de outros organismos mundiais – de orientações de política económica e financeira de combate à crise, evitando o descalabro dos mercados financeiros e a falência de bancos em cadeia, e ajudando os sectores mais em risco e mais geradores de desemprego, pelo incremento do investimento público.

Em Portugal, as debilidades estruturais de partida – fraco crescimento do produto, insuportável dependência externa, dívida a ultrapassar os limites toleráveis e grave insuficiência da poupança – bem como o contexto político partidário de 2009 (realização de eleições europeias, autárquicas e legislativas) conduziram a resultados macro económicos particularmente maus: o produto a decrescer 2.7%, o desemprego a atingir 10.4%, o défice público a surpreender com 9.3% e a dívida pública a crescer para 76.6%. A perspectiva mais optimista de crescimento do PIB em 2010 aponta para 0.8%. A nova situação de governo minoritário sem acordos estáveis no parlamento, aumenta a imprevisibilidade e baralha as expectativas dos agentes económicos.

2.

Em resultado do calendário eleitoral, cujas consequências no sector das obras públicas são geralmente previsíveis, o número de concursos de empreitadas públicas baixou 29% relativamente a 2008, enquanto, em valor, o decréscimo foi de quase um terço, tendo o montante de adjudicações crescido 4%, sobretudo pelo impulso da modernização do parque escolar, no âmbito das políticas emergentes anti-crise. Neste contexto, justificaram-se valores efectivos de produção razoáveis nas obras públicas, em contraste com as prestações muito fracas dos mercados privados nos quais houve degradação de todos os indicadores.

Com a inconstância que tem vindo a manifestar-se no sentido e na grandeza da avaliação do efeito, no crescimento do produto, do multiplicador do investimento público na Construção, resulta que a actividade internacional continua a constituir o desafio a vencer para a sustentabilidade das empresas nacionais de grande e de média dimensão.

3.

Em 2009 comemoraram-se as bodas de ouro da CONDURIL coincidentes com o balanço de 2008 que consagrara as melhores performances de toda a sua história, a partir de um forte incremento da actividade internacional. Naquela conjuntura, e no âmbito do processo de transição de gerações encetado há já alguns anos, o Conselho de Administração, eleito em Março, optou por um novo modelo de gestão, criando a Comissão Executiva, órgão presidido pela vice-presidente do Conselho, e com competência da gestão quotidiana, prosseguindo os Objectivos Estratégicos anuais e plurianuais estabelecidos e os orçamentos subsequentes, sendo ao presidente reservado o papel de *chairman*. A revitalização da pirâmide dos objectivos comportamentais foi um trabalho inicial bem sucedido para o enquadramento eficaz do novo organograma implementado.

No domínio da gestão administrativa iniciámos, com assessoria externa, o processo de melhoria da recolha e tratamento informático dos dados contabilísticos e de análise económica e financeira de todas as unidades do Grupo, promovendo a uniformidade e os ganhos de eficiência.

Não fomos bem sucedidos nas diligências que efectuámos junto da CMVM com vista à perda da qualidade de sociedade aberta – que já em tempos nos fora sugerida por um qualificado accionista – visando a ampliação do quadro de oportunidades legais de reestruturação potenciadora da rentabilidade futura da empresa, de uma melhor articulação da nossa cada vez mais importante actividade no estrangeiro e da melhor salvaguarda dos legítimos interesses dos nossos accionistas, que manifestamente se impõe no nosso desenvolvimento actual.

Relativamente à conquista de trabalho, participámos em Portugal em 156 concursos de média e grande dimensão, sob a preocupação de oferecermos crescentemente uma melhor relação qualidade / preço, alicerçada em ganhos de produtividade e de melhoria dos processos, e em cujo sentido se insere a aquisição da Edirio, empresa vocacionada para a exploração de pedreiras. No domínio das concessões, estão em curso os trabalhos do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral. Quanto à construção e exploração do troço de alta velocidade entre Lisboa e Poceirão, que inclui a Terceira Travessia do Tejo, o grupo que integramos participa nas diligências finais de negociação.

Pelo que respeita aos mercados estrangeiros, prospectámos o alargamento da nossa actividade a países da comunidade europeia e continuamos as diligências de penetração em mais alguns países do continente africano. Nos países onde já estamos instalados, participámos em 89 concursos públicos, com resultados razoáveis. Os próximos anos, contudo, merecem-nos alguma apreensão.

A expansão dos negócios ocorrida principalmente a partir da actividade desenvolvida no estrangeiro, numa indústria como a nossa, em que os recursos humanos empregues têm peso específico muito significativo – de 2008 para 2009, o universo de trabalhadores do Grupo subiu de 2401 para 2586, dos quais 2229 (2088 em 2008) trabalham no estrangeiro e destes, 207 (152 em 2008) são portugueses deslocados – e que queremos dignificar no contexto das suas próprias sociedades de origem, tem sido objecto de reiteradas acções no sentido da melhoria contínua do bem estar social e económico dos nossos colaboradores, em particular no domínio da formação profissional. Expressão muito concreta desta atitude é a criação, em implementação em Angola, da Conduril Academy vocacionada para a formação profissional, institucionalizada em moldes teórico-práticos, com reforço desta última vertente, e abarcando o universo das profissões que integram a nossa actividade.

4.

A actividade internacional foi desenvolvida directamente pelas nossas dependências localizadas em Angola, Moçambique, Marrocos e Botswana, e também pelas empresas do Grupo: em Angola: Conduril – Engenharia Angola, Lda., empresa cuja denominação, por razões operacionais, irá mudar para Métis, Engenharia, Lda. e, a curto prazo, será transformada em sociedade anónima; e em Moçambique: ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. e Mabalane Inertes, Lda.

Os níveis de produção no estrangeiro foram bastante satisfatórios e cumpriram os objectivos programados, tanto em termos de volume quanto de resultados obtidos, mas, relativamente a Angola e a Moçambique, e apesar de todos os esforços desencadeados, deixaram alguma apreensão pelo que respeita ao insuficiente ritmo de cobranças, que provocou a elevação dos créditos a montantes que terão de reduzir-se substancialmente. Naturalmente, continuamos muito atentos à situação, redobrando esforços para que a sua regularização possa ocorrer o mais rapidamente possível.

5.

As vendas do Grupo cresceram 15% relativamente ao ano de 2008, ascendendo a 257 milhões de euros, dos quais 82% foram realizadas no estrangeiro, reafirmando o pendor internacional da actividade exercida. Registe-se que no mercado interno ocorreu uma melhoria de vendas a ultrapassar os 80%, rompendo o penoso e difícil ciclo próximo passado. A carteira de encomendas global tem o valor aproximado de 500 milhões de euros, dos quais 80% se referem a obras no exterior. A partir da segura dificuldade de sobrelevação dos excepcionais patamares a que nos elevámos nos dois últimos anos, as perspectivas para o ano de 2010 assentarão necessariamente em trabalho duro, mas animado em contexto de planificação e controlo de dinâmica participativa, envolvendo todas as fases do nosso processo empresarial. Todos os mercados têm de ser criteriosamente acompanhados para que possam ser feitos com oportunidade, os ajustes às políticas concretas praticadas, tendo em atenção as mudanças que neles possam precipitar-se.

6.

No confronto com o ano precedente, que havia apresentado excepcionais performances, o exercício de 2009 encerrou com o resultado positivo de 33 854 588 euros, representativo da melhoria de 28.6 % e do bem sucedido esforço de todos na prossecução desse porfiado objectivo, com particular sucesso na actividade desenvolvida no estrangeiro. O EBITDA gerado foi de 67.6 milhões de euros, 25% superior ao atingido em 2008. O contributo do Grupo em VAB ascendeu ao interessante valor de 103.7 milhões de euros, contra os 82.3 milhões de 2008.

O quadro abaixo evidencia as satisfatórias performances do exercício e a saudável situação económica e financeira do Grupo:

	VALORES PERCENTUAIS		
	2007	2008	2009
crescimento das vendas	3	76	15
crescimento dos resultados líquidos	269	277	29
rentabilidade do activo	5	12	11
rentabilidade do capital próprio	20	44	30
rentabilidade das vendas aferida pelos resultados correntes	9	19	20
valor acrescentado bruto por vendas	36	37	40
solvabilidade	32	38	43
liquidez geral	144	184	200
cobertura do imobilizado	176	206	244

7.

O compromisso da CONDURIL com a sua sustentabilidade, apreciada sob os ângulos tradicionais – ambiental, social e económico – está bem provado nas performances registadas em 2009 e que, com muita satisfação nossa, foram publicamente coroadas pela Revista Exame que, a partir de oito dos mais significativos indicadores económico-financeiros, nos considerou “A melhor Empresa do Sector da Construção”, repetindo o êxito que alcançáramos em 2008, mas honrando-nos agora, e segundo o mesmo critério de avaliação, com a atribuição simultânea do prémio “A Empresa do Ano”, no universo empresarial português. Mas fomos mais longe: pela mesma Revista Exame, em estudo realizado pela Heidrick & Struggles, após “uma selecção muito rigorosa que se desenvolveu ao longo de cinco meses e que se inicia por um questionário enviado a todos os colaboradores, para apurar o seu grau de satisfação com a empresa e as práticas de gestão de recursos humanos, a que se soma um inquérito respondido pelos gestores sobre essas mesmas práticas e que envolve ainda a visita de um jornalista à empresa” fomos considerados, no sector das “Grandes Empresas,” a “Melhor para Trabalhar no Sector da Construção” e a “Quarta Melhor Empresa para Trabalhar do Ranking Geral”, apenas precedida por três empresas de serviços. O sucesso alcançado agrada-nos e estimula-nos, mas também nos

responsabiliza pelo ajuste oportuno das políticas em prática, num mundo empresarial em constante e complexa mutação de regras e de valores.

Continuámos os esforços de consolidação do universo internacional que constitui a força de trabalho do Grupo, tornando o todo maior que as partes, pela permuta de conhecimentos e de experiências, com respeito pelas respectivas idiossincrasias.

Em Portugal, apesar da maior crise económica e social dos últimos anos, pudemos manter afastado o espectro do desemprego. Pudemos também oferecer a jovens quadros e a colaboradores experientes, perspectivas de carreira no estrangeiro.

O Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde do Trabalho (NP EN ISO 9001:2008, NP 4397/2008 e OHSAS 18001:2007) – versão actualizada do Sistema implementado e certificado na CONDURIL em 1998 – foi objecto de auditorias de acompanhamento e de transição pela APCER, com resultado favorável. O Laboratório Central foi também sujeito a auditoria pelo IPAC, igualmente com sucesso. Ao nível do Ambiente, iniciámos o processo de implementação da NP EN ISO 14 001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

A formação profissional continuou a constituir um eixo central da gestão dos recursos humanos: desenvolveram-se 44 acções externas, envolvendo 108 formandos, com 778 horas de formação e o volume de 2311 horas; foram também realizadas 9 acções internas para 143 formandos, com 7.5 horas e o volume de 142 horas. Efectuámos, também, 1680 acções de “acolhimento, sensibilização e formação no local do trabalho” dirigidas a 555 formandos internos e a 3967 externos, com 544 horas de formação e o volume de 1822 horas.

O Fundo de Pensões Conduril – uma das valiosas expressões práticas das nossas políticas de responsabilidade social – foi em 2009 dotado com a comparticipação de um milhão e cem mil euros, com cobertura total das responsabilidades que, por redução da Taxa Técnica e de Rendimento, sofreram um aumento de 18%. O valor do Fundo em 31.12.2009 ascende a 6.25 milhões de euros.

8.

No prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido, o Relatório e Contas Individual de 2009 inclui a proposta de distribuição do resultado líquido do exercício de 33 854 588 euros reflectindo a feliz conjugação do resultado alcançado, como segue:

- a. 3 600 000€ para dividendos, a que correspondem 2 € por acção;
- b. 30 254 588€ para reservas livres.

9.

Aos nossos Clientes, às Congéneres com quem trabalhamos, aos Bancos e aos nossos Fornecedores cumpre deixar o agradecimento pela participação no sucesso que o exercício de 2009 proporcionou.

Aos Órgãos Sociais agradecemos a disponibilidade sempre manifestada.

Aos nossos trabalhadores, em Portugal e no estrangeiro, deixámos o registo da grande importância que tiveram no êxito alcançado.

Ermesinde, 27 de Fevereiro de 2010
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

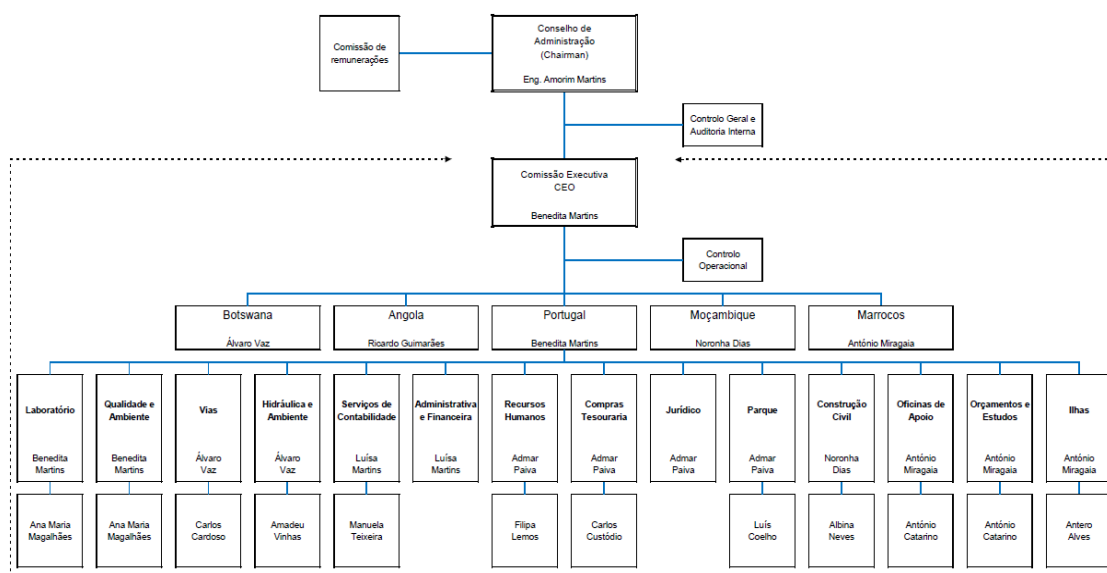
ANEXOS AO RELATÓRIO

- RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA CONDURIL
- DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA CONDURIL

Capítulo I – Divulgação de informação

1. A repartição de competências, no quadro do processo de decisão empresarial, está representada no organigrama seguinte:



2. O nosso sistema de controlo de riscos assenta em três subsistemas:
 - 2.1. riscos de actividade, incluindo ambientais
 - Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho: NP EN ISO 9001:2008, NP 4397:2008 e OHSAS 18001:2007.
 - Comissão de Análise dos Contratos: requisitos dos contratos, conformidade das propostas e salvaguarda da capacidade da empresa.
 - 2.2. riscos de câmbio: assente essencialmente em reuniões periódicas da Comissão de Finanças e Tesouraria, para o acompanhamento da evolução dos câmbios associados aos investimentos no estrangeiro;
 - 2.3. riscos financeiros: Comissão de Finanças e Tesouraria e Comissão de Controlo e Auditoria.
3. Os dividendos dos exercícios foram de 0.20 euros em 2006, de 0.40 euros em 2007 e de 2.00 euros em 2008, tendo sido pagos em 18.05.2007, 30.04.2008 e 30.04.2009 respectivamente.
4. A política de dividendos tem por objectivo a boa remuneração do capital investido, com salvaguarda do progresso da empresa.
5. Não existem planos de atribuição de acções e ou de opções de aquisição de acções.
6. No Gabinete de Economia e Fiscalidade está centralizado o tratamento de todas as questões formuladas pelos investidores, sob a responsabilidade da Representante para as Relações com o Mercado, Dr.^a Luísa Martins, acessível em luisa@conduril.pt.
No site da sociedade, www.conduril.pt, está disponível informação aos investidores.

Capítulo II – Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

A cada 100 acções corresponde um voto.

Capítulo III – Regras societárias

1. O Livro de Estilo do Conselho de Administração da CONDURIL define as responsabilidades e deveres de cada administrador como membro do Conselho de Administração e a sua articulação neste órgão colectivo, e, para maior eficiência dos assuntos relevantes da administração corrente, estabelece quatro Comissões: Finanças e Tesouraria, Equipamento e Imobilizado, Mercado e Marketing e Controlo e Auditoria.
2. Não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas relativamente ao êxito de ofertas públicas de aquisição. Não há limitações ao direito de voto, nem restrições à transmissibilidade de acções, como não há direitos especiais de qualquer accionista. Não são conhecidos acordos parassociais.

Capítulo IV – Órgão de Administração

1. Ao Presidente do Conselho de Administração está reservado o papel de *Chairman*.
2. A Comissão Executiva, designada na primeira reunião do Conselho de Administração e presidida pela vice-presidente desse mesmo Conselho, tem toda a competência passível de delegação nos termos do Código das Sociedades Comerciais. Prossegue os Objectivos Estratégicos plurianuais e anuais estabelecidos pelo Conselho de Administração.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Unid. EUR

	2009		2008	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebido de clientes	154 191 269		288 335 265	
Pago a fornecedores	-129 389 421		-149 168 238	
Pagamentos ao pessoal	-34 338 246		-37 243 128	
Fluxo gerado pelas operações	-9 536 397		101 923 899	
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	-10 855 002		-8 140 735	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	2 404 496		247 099	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-17 986 903		94 030 264	
Receb. relacionados c/ rubricas extraordinárias	1 249 000		426 479	
Pagam. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-1 258 000		-23 564	
Fluxos das actividades operacionais (1)		-17 995 903		94 433 179
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações corpóreas	105 818		80.282	
Juros e proveitos similares	1 325 000		1.826.239	
Dividendos	0	1 430 818	0	1.906.521
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-1 522 557		-648 778	
Imobilizações corpóreas	-18 518 640		-16 113 839	
Imobilizações incorpóreas	-1 772	-20 042 969	-6 156	-16 768 773
Fluxos das actividades de investimento (2)		-18 612 151		-14 862 252
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	11 750 000	11 750 000	12 500 000	12 500 000
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-17 254 988		-31 754 194	
Amortização de contratos de locação financeira	-1 471 364		-1 979 553	
Dividendos	-3 600 000		-720 000	
Juros e custos similares	-7 609 784	-29 936 136	-3 389 474	-37 843 221
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-18 186 136		-25 343 221
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-54 794 190		54 227 707
Caixa e seus equivalentes no início do período		76 862 943		22 635 236
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 068 753		76 862 943

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2009	2008
Numerário	111 925	216 211
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	21 956 828	76 646 732
Disponibilidades constantes do balanço	22 068 753	76 862 943

CONTAS CONSOLIDADAS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO em 31.12.2009

ACTIVO	2009			unid. EUR 2008
	AB	AA	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	12 834	11 318	1 515	1 513
Propriedade industrial e outros direitos	1 761	175	1 586	
Diferenças de consolidação	289 048	57 810	231 238	
	<u>303 642</u>	<u>69 303</u>	<u>234 339</u>	<u>1 513</u>
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	7 272 883	69 445	7 203 438	6 482 359
Edifícios e outras construções	21 070 038	12 078 097	8 991 941	9 550 808
Equipamento básico	52 957 671	36 877 037	16 080 634	14 279 192
Equipamento de transporte	19 597 427	10 822 202	8 775 225	7 645 273
Ferramentas e utensílios	279 114	176 190	102 924	140 100
Equipamento administrativo	1 610 753	1 033 436	577 317	327 048
Outras imobilizações corpóreas	79 165	37 650	41 515	43 010
Imobilizações em curso	944 910		944 910	381 344
	<u>103 811 962</u>	<u>61 094 058</u>	<u>42 717 904</u>	<u>38 849 134</u>
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	2 293		2 293	1 014
Empréstimos a empresas do grupo	23 800		23 800	1 400
Títulos e outras aplicações financeiras	567 690		567 690	418 190
	<u>593 783</u>		<u>593 783</u>	<u>420 604</u>
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	9 110 007	673 445	8 436 562	6 689 021
Produtos e trabalhos em curso	5 173 750		5 173 750	7 960 006
Produtos acabados e intermédios	548 583		548 583	560 233
	<u>14 832 340</u>	<u>673 445</u>	<u>14 158 895</u>	<u>15 209 261</u>
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes c/c	185 747 053		185 747 053	63 776 006
Clientes c/ retenção de garantias	7 521 659		7 521 659	5 763 511
Clientes de cobrança duvidosa	2 538 246	2 538 246		
Empresas associadas	2 965 272,16		2 965 272	2 691 487
Adiantamentos a fornecedores	684 127		684 127	925 388
Estado e outros entes públicos	6 768 292		6 768 292	5 011 486
Outros devedores	4 060 952	59 252	4 001 700	4 440 404
	<u>210 285 601</u>	<u>2 597 497</u>	<u>207 688 103</u>	<u>82 608 282</u>
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis	3 306		3 306	3 332
	<u>3 306</u>		<u>3 306</u>	<u>3 332</u>
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	21 956 828		21 956 828	76 646 732
Caixa	111 925		111 925	216 211
	<u>22 068 753</u>		<u>22 068 753</u>	<u>76 862 943</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos e proveitos	9 597 120		9 597 120	3 448 189
Custos diferidos	2 083 605		2 083 605	1 102 353
Impostos diferidos activos				98 168
	<u>11 680 725</u>		<u>11 680 725</u>	<u>4 648 710</u>
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		61 163 361		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS		3 270 943		
TOTAL DO ACTIVO	<u>363 580 112</u>	<u>64 434 304</u>	<u>299 145 808</u>	<u>218 603 779</u>

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO em 31.12.2009

unid. EUR

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	10 000 000	10 000 000
Acções Próprias		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Descontos e prémios	50 000	50 000
Diferenças de consolidação	280 928	280 928
Reservas de reavaliação	5 015 623	5 186 371
Reservas		
Reservas legais	2 937 116	1 534 011
Reservas livres	32 830 493	12 068 469
Resultados transitados	<u>6 364 763</u>	<u>5 937 014</u>
	56 478 924	34 056 793
Resultado líquido do exercício	<u>33 854 588</u>	<u>26 313 429</u>
Total do capital próprio	<u>90 333 511</u>	<u>60 370 222</u>
INTERESSES MINORITÁRIOS		
	<u>390 049</u>	<u>341 760</u>
PASSIVO		
Provisões		
Outras provisões	<u>169 938</u>	<u>166 650</u>
	<u>169 938</u>	<u>166 650</u>
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito	3 025 979	6 635 452
Fornecedores de imobilizado, c/c	973 833	1 571 541
Outros empréstimos obtidos	<u>11 750 000</u>	<u>12 500 000</u>
	<u>15 749 812</u>	<u>20 706 993</u>
Dívidas a terceiros - curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	2 803 699	3 525 933
Fornecedores, c/c	64 616 934	35 333 421
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	733 837	464 099
Fornecedores - Títulos a pagar	693 386	1 400 439
Empresas associadas	3 349 940	3 243 768
Adiantamentos de clientes	10 536 058	2 995 456
Fornecedores de imobilizado, c/c	1 303 190	908 481
Estado e outros entes públicos	17 317 929	19 268 715
Outros credores	<u>20 898 061</u>	<u>27 581 957</u>
	<u>122 253 032</u>	<u>94 722 269</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	7 353 662	4 104 940
Proveitos diferidos	61 013 827	36 486 008
Impostos diferidos passivos	<u>1 881 977</u>	<u>1 704 937</u>
	<u>70 249 466</u>	<u>42 295 885</u>
Total do passivo	<u>208 422 248</u>	<u>157 891 797</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		
	<u>299 145 808</u>	<u>218 603 779</u>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

unid. EUR

CUSTOS E PERDAS	2009		2008	
Custo das merc.vendidas e das mat.consumidas				
Matérias	32 107 530	32 107 530	43 368 361	43 368 361
Fornecimentos e serviços externos		128 271 250		108 595 683
Custos com o pessoal				
Remunerações	24 696 330		19 115 859	
Encargos sociais				
Pensões			464 098	
Outros	11 649 005	36 345 335	8 885 600	28 465 557
Amortiz. imobilizado corpóreo e incorpóreo	9 134 085		7 648 223	
Ajustamentos	857 055	9 991 140	1 647 784	9 296 007
Impostos	1 871 013		2 152 775	
Outros custos operacionais	156 986	2 027 999	47 830	2 200 605
(A)		208 743 254		191 926 213
Juros e custos similares				
Outros	15 871 540	15 871 540	8 836 726	8 836 726
(C)		224 614 794		200 762 939
Custos e perdas extraordinários		6 572 683		4 700 234
(E)		231 187 477		205 463 172
Imposto s/ rendimento do exercício		18 406 915		16 763 188
(G)		249 594 392		222 226 360
Interesses minoritários		86 816		53 511
Resultado consolidado líquido do exercício		33 854 588		26 313 429
		<u>283 535 796</u>		<u>248 593 300</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas				
Produtos	6 483 789		6 746 966	
Prestações de serviços	250 186 077	256 669 866	216 580 794	223 327 761
Variação da produção		-1 022 830		4 894 673
Trabalhos para a própria empresa	565 136		1 986 622	
Proveitos suplementares	9 044 608		5 876 345	
Outros proveitos operacionais	735 527		371 933	
Reversões deamortizações e ajustamentos	360 706	10 705 978	75 234	8 310 134
(B)		266 353 015		236 532 568
Ganhos relativos a empresas associadas				
Outros juros e proveitos similares				
Outros	9 363 567	9 363 567	7 502 721	7 502 721
(D)		275 716 581		244 035 289
Proveitos e ganhos extraordinários		7 819 216		4 558 011
(F)		<u>283 535 796</u>		<u>248 593 300</u>
RESUMO				
Resultados operacionais	(B) - (A)	57 609 761		44 606 355
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	- 6 507 974		- 1 334 005
Resultados correntes	(D) - (C)	51 101 788		43 272 350
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	52 348 319		43 130 128
Resultado consolidado c/ interesses minoritários do exercício	(F) - (G)	33 941 404		26 366 941

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unid. Euro

	Exercício	
	2009	2008
Vendas e prestações de serviços	256 669 866	223 327 761
Custo das vendas e das prestações de serviços	198 675 176	175 507 262
Resultados brutos	57 994 690	47 820 499
Outros proveitos e ganhos operacionais	11 279 781	8 438 163
Custos de distribuição		
Custos administrativos	9 062 909	9 323 673
Outros custos e perdas operacionais	10 995 885	7 981 391
Resultados operacionais	49 215 677	38 953 598
Custo líquido de financiamento	642 744	1 012 682
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-326 320	1 513
Resultados não usuais ou não frequentes	4 101 706	5 187 699
Resultados correntes	52 348 319	43 130 128
Impostos sobre os resultados correntes	18 406 915	16 763 188
Resultados correntes após impostos	33 941 404	26 366 940
Interesses minoritários	86 816	53 511
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
Resultados líquidos	33 854 588	26 313 429
Resultados por acção	18,81	14,62

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I – Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões de inclusão
Conduril – Construtora Duriense, SA Avª Eng Duarte Pacheco, 1835 4445-416 Ermesinde	Empresa mãe	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Avª 25 de Setembro, 1123 – 10º Apart. A Maputo – Moçambique	85,47%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril – Engenharia (ANGOLA), Lda. Rua Kima Kyenda 2-IL Luanda – Angola	99%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Mabalane – Inertes, Lda. Avª 25 de Setembro, 1123 – 10º Porta-F Maputo - Moçambique	85%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril–Gestão de Concessão de Infraestruturas, SA Avª Engº Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde	100%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Edirio-Construções, S.A. Avª Engº Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde	100%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Edifer / RRC / Conduril, ACE R. das Fontainhas, 62 Venda Nova 2701-358 Amadora	33.33%	
Groupement Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção ACE R. Maria da Paz Varzim, 116 4490-658 Póvoa de Varzim	33.33%	
Groupement Túnel de Nador – Construção ACE Lugar de Fermil – Cadavão – Vilar do Paraíso 4405-849 V. N. de Gaia	50%	
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril – Rodovias do Algarve Litoral, ACE Avª. Visconde Valmor, 66-5º 1050-242 Lisboa	10%	
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE Estrada do Seminário, 4 Alfragide - Amadora	10%	

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2009, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de:

Sede: 357
Sucursal de Angola: 1337
Conduril Engenharia (Angola), Lda: 173
Delegação de Moçambique: 51
Sucursal do Botswana: 153
Sucursal de Marrocos: 141
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda: 405
Mabalane Inertes, Lda: 10
Nador Marrocos: 37
Rocade Marrocos: 1

II – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Adequada

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no POC, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

III – Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Incluídas no capital próprio

A diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio resultante do aumento da participação financeira na ENOP de 60% para 85,47% em 2003, no montante de 280 928 euros, foi registada no capital próprio sob a designação "Diferenças de consolidação". Este valor mantém-se a 31 de Dezembro de 2009.

Incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009, compreende as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas participadas, apuradas em aquisição de participações financeiras, e apresenta a seguinte composição (líquido de amortizações):

<u>Empresa</u>	<u>Montante</u>
Edirio	231 238 Euros

Esta diferença de consolidação é amortizada no período estimado de recuperação dos investimentos, actualmente de 5 anos.

IV – Informações Relativas a Compromissos

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

- Responsabilidade por letras descontadas: o montante de letras descontadas a 31 de Dezembro de 2009 era de 374.403 euros.
- Fundo de pensões: o Grupo aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido a fim de voluntariamente complementar as pensões de reforma concedidas aos seus empregados pela Segurança Social .

22. GARANTIAS PRESTADAS

A 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 124.306.308 euros, relacionadas com as empreitadas.

V – Informações Relativas a Políticas Contabilísticas

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras, são como segue:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição.

a. Imobilizações incorpóreas: encontram-se registadas ao custo.

b. Imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios pertencentes do Grupo estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores, tendo durante o exercício de 2004 sido efectuada nova reavaliação dos terrenos e edifícios. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Todas as restantes imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na Nota 41 (ver também nota 42).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, e correspondem às taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12 de Janeiro.

c. Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

e. Existências

Matérias primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Produtos em curso e produtos acabados

O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, os custos incorridos ficam registados em Existências – Produtos e trabalhos em curso. Nesses casos, os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f. Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g. Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

h. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira: 1 USD = 27.51 Meticais; 1€ = 1.4435 USD; 1€ = 11,3811 Dirham marroquino e 1€ = 0.1038 Pula.

VI – Informações Relativas a Determinadas Rubricas

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2009, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de instalação	139 789		-125 955	13 834
Prop. industr. e outros direitos		1 772	-11	1 761
Diferenças de consolidação		289 048		289 048
	139 789	290 820	-125 966	304 643
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	6 820 215	452 668		7 272 883
Edifícios e outras construções	20 557 731	668 067	-155 760	21 070 038
Equipamento básico	39 898 197	9 096 861	3 962 614	52 957 671
Equipamento de transporte	16 261 789	5 071 336	-1 735 698	19 597 427
Ferramentas e utensílios	278 698	15 293	-14 877	279 114
Equipamento administrativo	1 269 112	373 525	-31 884	1 610 753
Outras imobiliz. corpóreas	76 401	6 438	-3 674	79 165
Imobilizações em curso	381 344	679 096	-115 531	944 910
	85 543 488	16 363 284	1 905 191	103 811 962
Investimentos Financeiros				
Partes capital em empresas grupo	1 014	893	-1 014	893
Partes capital empresas associadas	1 400			1 400
Empréstimos Empresas Grupo		23 800		23 800
Títulos e outras aplic.financeiras	418 190	149 500		567 690
	420 604	174 193	-1 014	593 783

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de instalação	138 276		-126 957	11 319
Prop. industr. e outros direitos		175		175
Diferenças de consolidação		57 810		57 810
	138 276	57 985	-126 957	69 304
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	337 857	435	-268 846	69 445
Edifícios e outras construções	11 006 923	1 098 948	-27 774	12 078 097
Equipamento básico	25 619 005	4 191 943	7 066 089	36 877 037
Equipamento de transporte	8 616 516	3 673 456	-1 467 770	10 822 202
Ferramentas e utensílios	138 598	46 226	-8 633	176 190
Equipamento administrativo	942 064	115 913	-24 540	1 033 436
Outras imobilizações corpóreas	33 391	7 164	-2 905	37 650
	46 694 353	9 134 085	5 265 621	61 094 058

32. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Durante o exercício realizaram-se

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
28 - Ajust. de dívidas a receber	3 136 255		538 757	2 597 498
39 - Ajust.de exist. mat. consumo	119 855	553 590		673 445

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Mercado interno: 44 687 428 euros; Mercado externo: 211 982 438 euros.

Segmentos de negócio: em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em 2 segmentos principais – Obras públicas e privadas.

	Obras Públicas		Obras Privadas		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
RÉDITOS						
Vendas e prestação de serviços	235 696 777	188 152 612	20 973 089	35 175 149	256 669 866	223 327 761
RESULTADOS						
Resultados operacionais	53 576 387	24 917 557	4 033 374	19 688 799	57 609 761	44 606 356
Gastos de juros					-15 871 540	-8 836 726
Proveitos de juros					9 363 567	7 502 721
Imposto sobre os lucros					-18 406 915	-16 763 188
Result. de actividades ordinárias					32 694 873	26 509 163
Resultados extraordinários					1 246 531	-142 223
Interesses minoritários					-86 816	-53 511
Resultado líquido					33 854 588	26 313 429
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	287 414 629	204 108 515	11 137 396	14 074 660	298 552 025	218 183 175
Activos da empresa não imputados					593 783	420 604
Activos totais consolidado					299 145 808	218 603 779
Passivo de segmento	294 123 880	207 032 625	2 574 968	11 071 154	296 698 848	218 103 779
Passivos da empresa não imputados					2 446 960	500 000
Passivos totais consolidados					299 145 808	218 603 779
Dispêndios de capital fixo	15 209 047	16 943 922	1 038 772	1 666 979	16 247 819	18 610 901
Depreciações	8 531 629	6 936 524	582 707	682 430	9 114 336	7 618 954

Segmentos geográficos: a Empresa opera em 5 áreas geográficas: Portugal, Angola, Botswana, Moçambique e Marrocos.

Réditos de vendas e prestação de serviços por mercados geográficos	2009	2008
Portugal	44 687 428	24 657 033
Angola	167 507 438	140 644 113
Moçambique	24 101 004	24 540 514
Botswana	5 736 024	1 313 063
Marrocos	14 637 972	32 073 038
	256 669 866	223 227 761

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por área geográfica:

	Activos líquidos segmentais		Investimentos	
	2009	2008	2009	2008
Portugal	17 524 483	48 437 338	2 378 110	2 792 790
Angola	178 808 900	116 714 882	5 605 425	14 452 633
Botswana	8 675 374	3 828 588	1 813 344	1 172 660
Moçambique	65 202 401	35 394 156	741 930	191 846
Marrocos	28 934 650	14 228 814	5 824 476	970
Total	299 145 808	218 603 778	16 363 284	18 610 899

38. DIFERENÇAS ENTRE IMPOSTOS IMPUTADOS AO EXERCÍCIO OU A EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGOS OU A PAGAR

Em virtude da adopção da Norma Internacional de Contabilidade nº 12 (Revista) às demonstrações financeiras, o Grupo passou a relevar nas suas demonstrações financeiras, quando relevante para a sua compreensão, os impostos diferidos activos e passivos. Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da empresa e do grupo.

Os Impostos diferidos activos resultam da integração das contas da Sucursal do Botswana.

Os Impostos diferidos passivos respeitam aos efeitos nas amortizações futuras não aceites fiscalmente e decorrentes da reavaliação legal e das diversas reavaliações livres.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais pelo desempenho das suas funções no exercício de 2009 foram: Conselho de Administração: 1 101 056 euros.

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a reavaliações livres. Como referido na nota 23 b), os terrenos e edifícios foram avaliados ao preço de mercado durante o exercício de 2001, por uma entidade independente, credenciada neste tipo de avaliações. No início de 2004 foi feita nova avaliação pela mesma entidade. O efeito destas reavaliações no valor líquido dos terrenos e do restante imobilizado do Grupo pode ser visto na nota seguinte.

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas, a 31 de Dezembro de 2009 é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico (a)	Reavaliações (a) e (b)	Val. contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	5 062 941	2 140 496	7 203 438
Edifícios e outras construções	8 025 403	966 538	8 991 941
Equipamento básico	16 080 634		16 080 634
Equipamentos de transporte	8 775 225		8 775 225
Ferramentas e utensílios	102 924		102 924
Equipamento administrativo	576 435	882	577 317
Outras imobilizações corpóreas	41 515		41 515
Imobilizações em curso	944 910		944 910
	39 609 989	3 107 915	42 717 903

a) líquidos de amortizações

b) englobam as sucessivas reavaliações, líquidas de amortizações

43. COMENTÁRIO ÀS CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CUJO CONTEÚDO NÃO É COMPARÁVEL

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2009, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
681 - Juros suportados	1 296 189	1 875 094	781 - Juros obtidos	653 445	862 412
684- Ajust.apli.Financeiras	1 347 372		784 - Rend. part. capital	1 021 052	1 513
685 - Dif.câmbio desfavoráveis	10 832 776	5 881 080	785 - Dif.câmbio favoráveis	7 115 266	6 510 767
686 - Desc.p.p.concedidos	391 585	1 531	786 - Desc.p.pagº obtidos	483 111	38 683
688 - Outros custos e perdas	2 003 618	1 079 021	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos	90 693	89 345
Resultados financeiros	-6 507 974	-1 334 005			
	9 363 566	7 502 721		9 363 566	7 502 721

45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
691- Donativos	64 306	396 035	791-Restituição impostos	205 989	61 802
692- Dívidas incobráveis	214 248	48 763	792-Ganhos meios circulantes	194 028	28 972
694- Perdas em imobilizações	179 930	315 808	794- Ganhos em imobilizações	105 818	341 077
695- Multas e penalidades	53 186	32 945	796- Redução de provisões	805 360	165 163
696-Aumento Amortizações		91 791	797- Correc.rel.exerc.anter.	339 055	191 112
697- Correc.rel.exerc.anter.	513 840	384 873	798- Outros proveitos e ganhos extraordinários	6 168 966	3 769 884
698-Outros custos e perdas extr.	5 547 173	3 430 018			
Resultados extraordinários	1 246 533	-14 223			
	7 819 216	4 686 010		7 819 216	4 558 010

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
296 - Outras provisões	166 650	3 288	169 938

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2009 o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Sede	Valores de aquisição	Amort. exercício acumuladas	Valores contabilísticos
Equipamento básico	5 581 663	4 647 055	934 609
Equipamento de transporte	3 423 297	2 619 641	803 656

VII – Outras Informações

49. DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

A 31 de Dezembro de 2009, as dívidas de médio e longo prazo são as seguintes:

- Fornecedores de imobilizado 973 833 euros, valor referente aos valores em dívida relativamente a contratos de leasing.
- Papel Comercial: Santander Totta 1.500.000 euros; BCP 5.000.000 euros; BES 3.000.000 euros; Barclays 2.250.000 €.
- Crédito bancário da Sucursal de Angola: 3.025.979 euros.

50. INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos no exercício ascenderam a cerca de 55 560 euros.

51. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

O custo das vendas e prestação de serviços apresentado na Demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

Movimentos	Prestação de Serviços
Entradas provenientes da produção	198 110 040
Saídas para a produção e imobilizado	565 136
Custo das vendas e prestação de serviços	198 675 176

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2009

CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Relatório e dar Parecer sobre o Relatório consolidado de gestão, Balanço e Contas consolidados e Proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL-Construtora Duriense, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

RELATÓRIO

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu regularmente acompanhando a actividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL, S.A. e vigiando e zelando pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos actos praticados pelo Conselho de Administração, que sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

O Conselho procedeu a uma atenta análise do Relatório consolidado de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, da Demonstração consolidada de resultados e dos Anexos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, documentos estes que foram considerados em boa ordem.

O Conselho manteve-se informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, obteve as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da Certificação Legal das Contas Consolidadas, documento este que merece a concordância do Conselho relativamente ao seu teor.

O Conselho, no âmbito da sua competência, expressa também a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que os documentos acima referidos permitem, no seu conjunto, o correcto entendimento da situação financeira consolidada da CONDURIL, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, e dos resultados do exercício então findo, considerando também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho agradece a referência feita no Relatório de gestão à sua actividade, assim como também acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento aos Colaboradores pela sua dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o Relatório consolidado de gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados e os respectivos Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009,
2. que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório consolidado de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 11 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 299.145.808 Euros e um total de capital próprio de 90.333.511 Euros, incluindo um resultado líquido de 33.854.588 Euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 10 de Março de 2010

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

A Member firm of
Horwath International